



ATA N.º 09/2023

Handwritten signature in blue ink.

Data da reunião ordinária: 04/05/2023

Início da reunião: 14:06 horas

Fim da reunião: 15:45 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Vereadores

Ana Isabel Alves Dias

José Moura Rodrigues

José Fernando Pereira Capela

Jorge Carneiro Morais Fidalgo

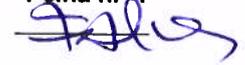
Sandra Manuela Justo Alves de Sousa

Manuel António Fernandes

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Fernanda Dinis Moreira

Cargo: Chefe da Divisão Administrativa

**ATA N.º 09****Reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, realizada no dia 04 de maio de 2023.**

No dia 04 de maio de dois mil e vinte e três, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência da Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dra. Ana Isabel Alves Dias, Dr. José de Moura Rodrigues, Dr. José Fernando Pereira Capela, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Dra. Sandra Manuela Justo Alves de Sousa, Sr. Manuel António Fernandes e comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária. _____

Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando eram catorze horas e dois minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia dois de maio de dois mil e vinte e três, na plataforma de gestão documental sharepoint, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião sob a forma de doc. n.º 1.

2.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA _____

2.2. TARIFA SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA _____

2.3. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROPOSTA _____

2.4. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 18/04/2023 A 28/04/2023, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL _____

2.5. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA N.º 82/2023, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL _____

2.6. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROTOCOLO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO CONCELHO DE MONTALEGRE – ANO 2022 – PARA CONHECIMENTO _____

I

ATAS

II

– ANTES DA ORDEM DO DIA –

Intervenções:

A Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, no uso da palavra, formulou um voto de pesar pelo falecimento precoce do Treinador Adjunto do CDC de Montalegre, Dene Gonçalves, que tinha regressado da Alemanha para ficar na sua terra natal. Disse, o seu falecimento é, sem dúvida, uma enorme perda para a sua família, para o Clube de Montalegre onde exercia funções e para todos nós. Deste modo, endereça à família enlutada, e ao Clube Desportivo e Cultural de Montalegre em nome do Município



de Montalegre, um abraço e o mais profundo pesar pela morte deste jovem que deixou a todos consternados. _____

O senhor vereador Dr. José Moura Rodrigues afirmou que todos os vereadores do Partido Social Democrata se associavam ao voto de pesar formulado pela Senhora Presidente da Câmara pela morte prematura deste jovem, que pessoalmente não conhecia, mas que vindo da diáspora e tendo regressado à sua terra, é com pesar que este acontecimento será sempre lembrado. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José Capela referiu que por vezes a lei da vida baralha as coisas e torna-se complicado aceitar uma morte súbita como a que assolou este jovem. Disse que esteve no funeral e pode aqui partilhar que foi de todos os funerais em que participou o que lhe custou mais, só espera que toda a família do jovem Dene saiba de futuro ultrapassar esta perda e esta dor. _____

O voto de pesar pela morte de Dene Gonçalves foi aprovado por unanimidade. _____
À Divisão Administrativa para notificar a família do falecido da aprovação do presente voto de pesar. _____

O senhor vereador Dr. José de Moura Rodrigues interveio para dar uma nota sobre o fim da jornada contínua, uma vez que teve conhecimento de que, na última assembleia municipal, a Senhora Presidente da Câmara referiu que em caso de deslocação dos trabalhadores do seu local de trabalho, são devidas ajudas de custo pelo município. Estranha que estando há dezassete anos na câmara e com a competência dos recursos humanos a Senhora Presidente não soubesse disso, mas ainda bem que reconheceu o erro, não podia desconhecer esta matéria e o despacho que exarou deveria ter refletido isto, porque este assunto tem muita relevância política na medida que afeta a vida de muita gente. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao senhor vereador dizendo que não corrigiu erro nenhum na assembleia municipal pois não cometeu qualquer erro na emissão do seu despacho. Esteve dezassete anos com a área dos recursos humanos, estudou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ainda que não estivesse obrigada a isso porque há técnicos e serviços para assegurar a legalidade destas questões na câmara. Referiu que quando os trabalhadores saem para fora do seu local de trabalho é de lei terem direito a ajudas de custo, é essa a indicação que os serviços têm para as processar, assim como tem direito ao subsídio de alimentação. A jornada contínua é uma situação excecional de trabalho público e não o é em termos individuais, mas de necessidade do serviço. A alteração do horário de trabalho foi devidamente tratada com todas as chefias das divisões da câmara, em reuniões destas com os trabalhadores e também em reuniões com os sindicatos, como já referiu noutras reuniões de câmara. O que está em causa é o facto de os trabalhadores de Montalegre pensarem que, na hora do almoço, estão obrigados a picar o ponto. Ora, os trabalhadores desta câmara exercem funções onde são necessários e em todo o concelho e seria impensável, por exemplo a Brigada de Montalegre que presta auxílio à Brigada de Ferral, virem à hora de almoço picar o ponto a Montalegre, quando está a prestar serviço em Fafião. Por último, referiu que os trabalhadores têm uma hora



para almoço, fazem-no como e onde quiserem. Quanto ao que a câmara tem de pagar e que por lei está estipulado, está a fazê-lo, mas se o senhor vereador quiser esclarecimentos adicionais pode pedir à Chefe da Divisão Administrativa aqui presente. _

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues respondeu que não precisa de esclarecimentos adicionais, sempre manteve a sua versão nesta matéria até porque é trabalhador público e conhece os seus direitos. A Senhora Presidente da Câmara referiu que não cometeu qualquer erro, mas a versão inicial não é a que agora defende e está escrito, por isso não pode mudar a sua versão e afirmar que entendemos o contrário, porque todos ouvimos o que tinha dito. Deixou um alerta pois o recurso e o refúgio nos serviços que a Senhora Presidente faz era uma das coisas que antigamente os seus antecessores faziam e sabe que dificilmente os serviços a vão desmentir. Lembra-se de ouvir nesta sala um sindicalista afirmar que pensava que não era obrigação da câmara pagar ajudas de custo aos trabalhadores. Afirmou que a oposição não quer confrontar os serviços, por isso fica o alerta. _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que não se trata de um problema dos serviços, mas sim de funções dos serviços porque, se assim não fosse, a Presidente da Câmara tinha de ser onisciente. Deste modo, é aos serviços que compete assegurar a legalidade dos assuntos e não à Presidente da Câmara, esta apenas aponta a necessidade e os serviços é que despoletam os procedimentos administrativos. Disse ainda que o senhor vereador da oposição referiu, "para não atirar para os serviços, para não se refugiar nos serviços," ora, na sua opinião é uma falta de respeito não ouvir os serviços, na presunção de que sabe tudo, o que não é o caso. Quanto ao sindicalista de que falou, não sabe a quem se refere. O que tinha dito é que a câmara não é obrigada a transportar os trabalhadores para virem almoçar, na hora de almoço estes procedem como entenderem e a câmara irá aboná-los nos termos da lei. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues respondeu que não havia polémica nenhuma, a câmara ou transporta os trabalhadores quando se deslocam para fora do seu local de trabalho ou paga as respetivas ajudas de custo. _____

O senhor vereador Dr. José Capela interveio para dizer que quando abordaram a questão do fim da jornada contínua referiram que os custos para o município iam aumentar e a produtividade, por sua vez, não ia sofrer alteração. Ora, se há pagamento de ajudas de custo aos trabalhadores, comprovadamente os custos aumentam pelo que o excesso de humildade da Senhora Presidente é arrogância. Questionou sobre o assunto da Creche de Salto no sentido de saber se foi o projeto de arquitetura que foi chumbado ou o financiamento e se o projeto de arquitetura vai ser alterado. Perguntou qual a probabilidade de a câmara suportar estes custos e em que estado estava o protocolo com a Segurança Social. O senhor vereador prosseguiu a sua intervenção e referiu que no passado mês de abril, nos dias vinte e dois e vinte e três, se realizaram provas nacionais de rallycross na pista automóvel de Montalegre. Afirmou que gostava de saber quantos bilhetes foram vendidos e se a Senhora Presidente da Câmara tem números quanto ao alojamento e restauração relativamente a este evento. Por outro lado, afirmou que



verificou que, para o mundial de rallycross, há um desconto de vinte por cento na aquisição de bilhetes, pergunta se isso se devia ao facto da realização do mundial do ano anterior ter corrido mal. Prosseguindo, mencionou que o encontro Enogastronómico poderia ter tido mais aceitação pela nossa gente, até por ter sido o primeiro a realizar-se, mas reparou que na saída do pavilhão Multiusos se encontrava um autocarro com o logotipo de Chaves, pergunta o autocarro estava ao serviço do Município de Montalegre ou ao serviço de Chaves. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que quando o senhor vereador afirmou que “excesso de humildade é arrogância,” quem convive com ela, sabe que é o quanto basta de humilde e de arrogante, dependendo do interlocutor e da situação. Referiu que teve uma formação com pessoas humildes e, apesar de muitas dessas pessoas serem pessoas influentes em vários setores, nunca deixaram de ser humildes. _____

Prosseguindo, a Senhora Presidente da Câmara referiu que em relação à creche de Salto esta é uma candidatura de uma IPSS, a Borda D`Água, mas apenas o projeto de construção foi aprovado pela câmara e pelo CLAS. Esclareceu que a candidatura foi efetuada pela IPSS e não pela câmara, por isso não tem de responder se a mesma foi aprovada ou não, este assunto não diz respeito à câmara. Disse que a câmara comprometeu-se com a concessão de apoio financeiro para a construção da creche se tal fosse necessário porque irá prestar um serviço público, a exemplo da grande maioria dos equipamentos sociais no concelho. Quanto ao protocolo com a Segurança Social, é a referida IPSS que faz essa contratualização, por isso só ela o conhece e sabe em que estado se encontra. _____

O senhor vereador Dr. José Capela referiu que este assunto da creche é da câmara. Afirmou que a oposição sabe que a candidatura é da Borda D`Água, pois de outro modo, já estavam a pedir documentos. Referiu que tinha ideia de que o financiamento da creche estava garantido, mas o que pretendem saber é qual a probabilidade que a câmara tem de garantir todo o financiamento da construção da creche se a candidatura a financiamento não for aprovada. Pergunta se a Senhora Presidente da Câmara sabe oficialmente o que foi chumbado neste projeto da construção da creche de Salto e qual a probabilidade de a câmara assegurar o financiamento total da obra. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que, oficialmente, não tem qualquer informação sobre a candidatura efetuada pela Borda D`Água. No CLAS sabe que foram duas candidaturas aprovadas. Referiu que a câmara tem previsto apoio financeiro para a construção da creche de Salto se a candidatura ao PARES tiver sido chumbada, como o fez para a construção da UCC de Montalegre e o Quartel dos Bombeiros de Salto, e vêm aí novo quadro comunitário, pois todas estas obras visam a satisfação de necessidades da população. No que diz respeito aos bilhetes vendidos no rallycross nacional que ocorreu no mês de abril, afirmou que vai averiguar, mas o melhor seria as pessoas deslocarem-se à pista e verem este desporto no local porque têm a benesse de nos campeonatos nacionais a entrada ser livre. Quanto ao Encontro Enogastronómico, disse o senhor vereador da oposição Dr. Capela, “que os municípios estão de costas voltadas para o



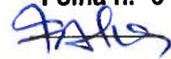
município," ora, espera que para o espetáculo do João Baião, que vai acontecer este fim de semana, tenham ido levantar os bilhetes ao Ecomuseu porque os dois espetáculos a serem realizados já estão esgotados há muito tempo e a maioria dos espectadores são do município. Referiu que o Encontro Enogastronómico foi um encontro de confrades e confrarias gastronómicas, não foi organizado pela câmara, porém existe a perspetiva de estabelecer aqui a sua sede e a câmara apenas deu apoio logístico na sua organização. Esclareceu que, apesar de ter sido um encontro entre várias confrarias enogastronómicas, as pessoas podiam visitar os stands e até comprar o jantar, por exemplo. Quanto ao autocarro de turismo de Chaves a que o senhor vereador da oposição se referiu, estava efetivamente no Multiusos, mas ao serviço do Município de Montalegre para levar os participantes do encontro por exemplo, para as casas de Penedones que são do município e para os demais alojamentos locais. Lembrou ainda que estiveram neste encontro mais de setenta chefes de cozinha, setenta confrarias e a Senhora Ministra da Agricultura que se disponibilizou para confeccionar um prato de carne barrosã, à vista de toda a gente, e que foi notável, sendo um excelente momento de promoção para a nossa carne, atrevendo-se a dizer "que figurão fez a Senhora Ministra" com a sua participação neste evento que serviu para também celebrar o 5.º aniversário da atribuição do Selo Património Agrícola Mundial. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues perguntou se a sede do movimento das confrarias vai ser aqui em Montalegre. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que sim e que a partir de nove de junho vai haver muitos mais eventos para celebrar os setecentos e cinquenta anos do Foral de Montalegre, bem como a distinção de Património Agrícola Mundial, como referiu. _____

O senhor vereador da oposição disse que conseguir isso para a terra era muito bom. Disse ainda que foi uma excelente ação a promoção da carne barrosã pela Ministra da Agricultura que, apesar de não lhe conhecer o trabalho no Ministério da Agricultura, representou e bem o que já se faz lá fora, ou seja, fez o papel de uma pessoa normal e cozinhou, promovendo a nossa carne sem qualquer custo para o município. _____

A Senhora Presidente da Câmara informou que esteve em Esposende para a assinatura de um Protocolo para melhoria das condições de visita às sete lagoas, a fim de que tenha condições de visita em segurança, o que não invalida que, a título individual, quem vá para lá tenha de estar munido de tudo o que for necessário para visitar esses locais para que não se repitam as tragédias que infelizmente já aconteceram. Fez-se já um concurso para as obras dos acessos ao referido local, mas ficou deserto e está agora a preparar-se o lançamento de um novo procedimento. Continuando com a palavra, a Senhora Presidente da Câmara informou que hoje se celebra o Dia Nacional dos Bombeiros, por isso, em nome da câmara quer deixar uma nota de agradecimento a todos os Bombeiros e a todos os elementos da Proteção Civil que têm sido incedíveis no trabalho que têm desenvolvido, pois os incêndios tem sido cada vez mais e mais perigosos. Referiu que os pastores têm a possibilidade de se inscreverem no MARQ e terem o auxílio dos bombeiros quando querem fazer queimadas para renovação do pasto.



Os nossos bombeiros são voluntários e nesta época não recebem nada, por isso a câmara, lhes concede apoio financeiro, pois de outra forma teriam grandes problemas. Deixou uma palavra de reconhecimento para os serviços que ambas as associações, Montalegre e Salto, têm desenvolvido, quer no combate aos incêndios, quer no apoio que deram na pandemia e no transporte de doentes, entre outras atividades que desenvolvem em prol da população, na defesa das pessoas e bens. Por último, abordou as comemorações do dia 25 de abril que foi celebrado de forma digna, com a realização de um espetáculo que a câmara proporcionou que teve muita adesão e foi do agrado de muita gente. Afirmou que esta é uma data que não deve ser esquecida e não deve ser só um dia do calendário porque é o dia da instituição da democracia e da livre escolha. _____

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-

III

INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela vereadora da Ação Social, Dra. Ana Isabel Alves Dias, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

"No âmbito do PROGRAMA Abem: Rede Solidária do Medicamento, e das Normas de atribuição do respetivo benefício/cartão, proponho à Ex.ma Câmara a aprovação da lista anexa dos agregados familiares candidatos que integram o Programa Abem, com renovação do processo constante no n.º 1, alínea a). _____

A Vereadora da Ação Social, assinatura ilegível, (Ana Isabel Alves Dias)". _____

Este documento vai ficar arquivado sob a forma de cópia como doc. n.º2. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta, o deferimento da renovação do Processo com o n.º0026204. _____

À Divisão Sóciocultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____

3.2. TARIFA SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela técnica superior, Rita Pedreira, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

"1 - Tarifa Social de Água _____

a) A requerente reúne as condições previstas e constantes no n.º 1, do artigo 65º, alínea a) i) do Regulamento de Serviço de Abastecimento de Água e de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Montalegre (agregados com rendimentos per capita inferiores ao Salário Mínimo Nacional), pelo que se propõe o deferimento do seguinte processo:



Nome	CIL	Residência	N.º de Processo
-----	1419	-----	42/03/ACS/2023

A requerente, após ter sido notificada do indeferimento do seu pedido de Tarifa Social de Água (por não constar na base de dados como titular de qualquer contrato de abastecimento de água), por indicação dos serviços e por cumprir os requisitos legais, solicitou aos serviços a tramitação da titularidade do contrato de abastecimento de água para seu nome. _____

Montalegre, 28 de abril de 2023 _____

A Técnica superior, assinatura ilegível, Rita Pedreira". _____

Sobre esta informação recaiu despacho exarado pela senhora vereadora Dra. Ana Isabel Alves Dias, de 28.04.2023 que se transcreve: " À reunião de câmara com proposta de deferimento."

Este documento vai ficar arquivado sob a forma de cópia como doc. n.º3. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta de deferimento relativa ao Proc. N.º 42/03/ACS/2023, correspondente ao CIL 1419. _____

À Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos para execução material da presente deliberação. _

À Divisão Sócio-cultural e Educação (DSCE) para os devidos efeitos. _____

2.3. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROPOSTA _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela vereadora da Ação Social, Dra. Ana Isabel Alves Dias, datada do dia 27 de abril de 2023, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

"Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos _____

Artigo 17º _____

Área de subsistência _____

Processo nº 49/02/ACS-A/2023 _____

Com fundamento no Relatório Social apresentado pela técnica superior da DSCE, e de acordo com o Regulamento de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, no n.º 1, alínea b) do seu artigo 17º (Atribuição de "cabaz alimentar" nas situações em que, temporariamente, as famílias não tenham forma de subsistência), proponho à Ex.ma Câmara a atribuição de um cabaz alimentar semanal no valor de 60.00 € pelo período de seis semanas (totalizando o valor de 360.00 €). _____

A despesa com este apoio, foi cabimentada com o nº 410 /2023. _____

A Vereadora da Ação Social, assinatura ilegível, (Ana Isabel Alves Dias)". _____

Esta informação, apesar de transcrita, bem como o relatório social e respetivo cabimento que a acompanham, vão ficar apenas, no formato de cópia, ao maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de docs. n.ºs 4,5 e 6. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos constantes da aludida proposta, aprovar o seguinte: _____



a) A concessão de apoio financeiro ao beneficiário identificado no quadro constante da referida proposta, traduzido na atribuição de um cabaz alimentar semanal no valor de € 60.00 pelo período de seis semanas totalizando o valor de €360.00. _____

b) Foi ainda presente, conjuntamente com o aludido pedido, a requisição externa de despesa n.º 410, de 02.05.2023, comprovativo da existência de fundos disponíveis, conforme exigência legal constante da lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. _____
À Divisão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora concedido, de acordo com a determinação superior. _____

IV

- CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS -

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO

2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO

3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

4 – SERVIÇOS URBANOS

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

VII

FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS

VIII

GESTÃO AUTÁRQUICA

1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

3.4. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 28/02/2023 A 13/03/2023, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL. _____

Foi presente pelo Núcleo de Gestão Financeira (NGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, relação de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período compreendido entre os dias dezoito e vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três na importância global ilíquida de €527.693,84 (quinhentos e vinte sete mil seiscentos e noventa e três euros e oitenta e quatro cêntimos) – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º7. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

3.5. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA N.º 82/2023, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL. _____

Foi presente pela tesoureira, para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 82, respeitante ao dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 7.654.444,31, sendo €6.898.910,55 a título de dotações orçamentais, e € 755.533,76, a título de dotações não orçamentais - ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º8. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

X

ATIVIDADE REGULAMENTAR

X

DIVERSOS

2.6. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROTOCOLO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO CONCELHO DE MONTALEGRE – ANO 2022 – PARA CONHECIMENTO. _____

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, o Relatório de Execução do Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao fomento da produção agropecuária no concelho de Montalegre relativo ao ano económico de 2022, remetido pelo Conselho de Administração da CoopBarroso, com o NIPC 513 137 785, registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo sob a referência 1620, no dia dois de maio do ano em curso – *documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquiva no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º9.* _____

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues interveio para se pronunciar quanto ao documento suprarreferido afirmando que a oposição continua com muitas dúvidas que o fomento à produção de batata seja uma aposta certa para o concelho que possa garantir que daqui a vinte anos haja agricultores em Montalegre. Disse que o Relatório de execução não fala do apoio financeiro aos apicultores, nem para o combate da varroa, considerando o valor que se atribui muito baixo porque não resolve problema nenhum. Os vereadores da oposição já tinham anteriormente efetuado uma proposta para atribuição de um apoio aos apicultores de trinta mil euros, mas a câmara concedeu àqueles muito menos, por isso talvez estivesse na hora de alterar esta matéria. Defendeu que a sanidade animal deveria ser alargada a todos os agricultores do concelho e não se andar com birras por alguns desses agricultores pertencerem a outras OPP. Espera que isto se venha a resolver e que a senhora Presidente da Câmara possa procurar solucionar este assunto no sentido de ser conseguido um entendimento com os produtores que não fazem cá a sanidade animal para que também possam receber apoio financeiro para esse fim. Referiu que quando os valores correspondentes aos apoios financeiros passaram a ser transferidos pela câmara para a Coopbarroso, a oposição já tinha alertado que isto implicaria custos de gestão, ora, face ao Relatório, verifica-se que a Coopbarroso fica com noventa e oito mil euros, não se pronunciam se é muito ou pouco, mas é um valor considerável, ainda que algum desse montante seja aplicado na produção de batata de semente por esta associação. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que, quanto ao Relatório de Execução apresentado pela Coopbarroso, nada tem a dizer, é um documento detalhado dos apoios que são concedidos aos agricultores. Referiu que, ao contrário do que afirma a oposição, para si a batata é um ativo importante do nosso concelho, já o foi no passado e, apesar de existirem outras entidades atualmente a produzir a batata de semente, a nossa impõe-se porque é um produto diferenciador, por isso, o caminho faz-se caminhando e nesse sentido a Coopbarroso

tem feito um trabalho extraordinário plantando a própria batata de semente e comercializando-a. Informou que a Coopbarroso vai juntar-se com a UTAD num estudo para a preservação deste nosso ativo. Quanto ao apoio pecuário, a Senhora Presidente da Câmara disse que, neste momento, a câmara não conseguia pagar a todos os produtores porque se trata de um efetivo muito grande, mas a raça barrosã tem aumentado bastante no concelho. Disse que fomos a primeira região do país onde o crescimento do efetivo mais se verificou, com exceção para o concelho de Arcos de Valdevez que possui um maior número de efetivos. Por outro lado, a criação de um vitelo da raça barrosã é mais dispendiosa porque é de crescimento mais lento, daí a impossibilidade de, por enquanto, o apoio poder ser dado a todos os produtores. _____

O senhor vereador Dr. José Capela perguntou qual o valor estimado que seria necessário para dar apoio à sanidade animal de todos os agricultores. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que seria o dobro do valor do apoio que é atualmente concedido pela câmara e perante estes dados não há orçamento para isso. Referiu ainda que as contas apresentadas neste Relatório pela Coopbarroso estão bem espelhadas e detalhadas, por isso deixava uma palavra de saudação à Coopbarroso em prol do trabalho que tem desenvolvido, o qual tem dado frutos e que trará mais valias para o nosso concelho. Afirmou que a câmara municipal estará sempre ao serviço dos agricultores, dentro dos limites orçamentais, assim como estará sempre ao lado do setor pecuário e da apicultura, bem como ao lado da Coopbarroso e demais associações. Referiu que dava os parabéns ao Matadouro e uma palavra de reconhecimento à Administração porque tem feito um trabalho hercúleo conseguindo atualmente ter uma situação financeira saudável que lhe permite concorrer a fundos comunitários para os poderem aplicar nas estruturas. Por isso, defende que é imperativo moral que todos nós nos esforcemos para que o abate dos nossos animais seja efetuado naquelas instalações. Mencionou que ia fazer uma visita ao Matadouro para tentar perceber o que pode ser alterado no sentido de melhorar o serviço. _____

O senhor vereador Dr. José Capela interveio para dizer que os custos de produção na raça barrosã são maiores porque tem um desenvolvimento mais lento, pois o gado de outras raças atingem maior peso e são mais rentáveis, mas tinha a ideia de que todas as raças eram apoiadas desde que a sanidade fosse feita no concelho. _____

A Senhora Presidente respondeu que todos os produtores têm possibilidade de se registarem no concelho e fazerem cá a sanidade dos seus animais e se futuramente aumentar o número desses efetivos tem de se pagar, mas de momento o pagamento apenas é efetuado aos que fazem no concelho a sanidade. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que o executivo municipal tinha afirmado que não pagava a quem não fizesse a sanidade animal no concelho e houve pessoas que se recusaram a vir para a OPP de cá, por várias razões e alguns são dos maiores produtores do concelho. Aliás, chegaram a fazer uma queixa em Mirandela, defendendo ser ilegal esta forma de tratamento, mas acabou por ser arquivada. Defende que este assunto deve ser retomado pela Senhora Presidente da Câmara porque algumas questões e divergências desses produtores são pessoais, no sentido de conversar com eles e alguns são líderes deste sector,

o qual tem que ser cuidado, passando por se arranjar uma forma de entendimento entre todos que sirva a quem está excluído desses apoios. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que agradecia o conselho do senhor vereador Dr. José Rodrigues, mas não se metia em assuntos pessoais, aliás não tem questões pessoais com ninguém. A câmara fez aquilo que devia fazer que foi regular a atribuição desses apoios financeiros aos produtores. A sua relação com esses produtores é boa e eles sabem que têm na câmara um parceiro que está pronta para fazer parte da solução e de ajudar a resolver as questões, numa atitude proactiva. _____

DELIBERAÇÃO Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento do referido relatório de execução orçamental, reportado ao ano económico de 2022. _____

À Secção de Expediente e Arquivo para que remeta o supra documento ao Presidente da Assembleia Municipal, para posterior agendamento na próxima sessão do órgão deliberativo para conhecimento. _____

XI

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XII

APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA

(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XIII

ENCERRAMENTO

E, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram quinze horas quarenta e cinco minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária, a redigi e vou assinar, junto com a Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

A Presidente da Câmara _____

A Secretária da reunião _____